



Acampamentos de alfabetização sobre legislação: panchayat shivir

Março de 2005



Introdução

Utiliza-se neste documento o termo hindi *Panchayat¹ Shivir²* para se referir a Acampamento Interativo de Alfabetização sobre Legislação. Os instrutores sobre legislação podem usá-lo para facilitar o governo autônomo tribal na Índia ou outras formas de descentralização. As Organizações de Massas Tribais (OMTs) ou Organizações Baseadas nas Comunidades (OBCs) também podem adotar esta abordagem para explicar a legislação ao povo comum. Os instrutores também podem utilizá-la em outros países que estão fazendo progresso em direção à governança descentralizada ou em áreas de administração especial³.

Em um Acampamento Interativo de Alfabetização sobre Legislação, os instrutores de assuntos legais utilizam um método de treinamento que se destina ao uso no campo. É importante conhecer o grupo-alvo. Por exemplo, são eles chefes de aldeia, membros de CBOs, funcionários públicos locais? Adaptar o treinamento adequadamente. Assegurar-se de que o instrutor tenha condições de ministrar o treinamento. Quais são as habilidades e competências do indivíduo - como instrutor, profissional de direito ou lingüista? O instrutor deve ter conhecimento cabal da legislação e como ela se aplica ao nível de campo. O instrutor precisa avaliar seu grau de sucesso na instrução e quem está sendo alcançado. Reunir informações sobre o número das pessoas que participam, o grau de seu envolvimento, suas origens e suas despesas de viagem para assistir ao curso. Isso servirá de ajuda para priorizar as necessidades.

Os Acampamentos Interativos de Alfabetização sobre Legislação incluem técnicas tais como encenações, debates de grupos de interesses específicos, representações de questões legais, a triangulação de incidentes que têm implicações legais, e sessões informais. Esses acampamentos representam um método simples para incentivar a aprendizagem interativa e a solução de problemas.

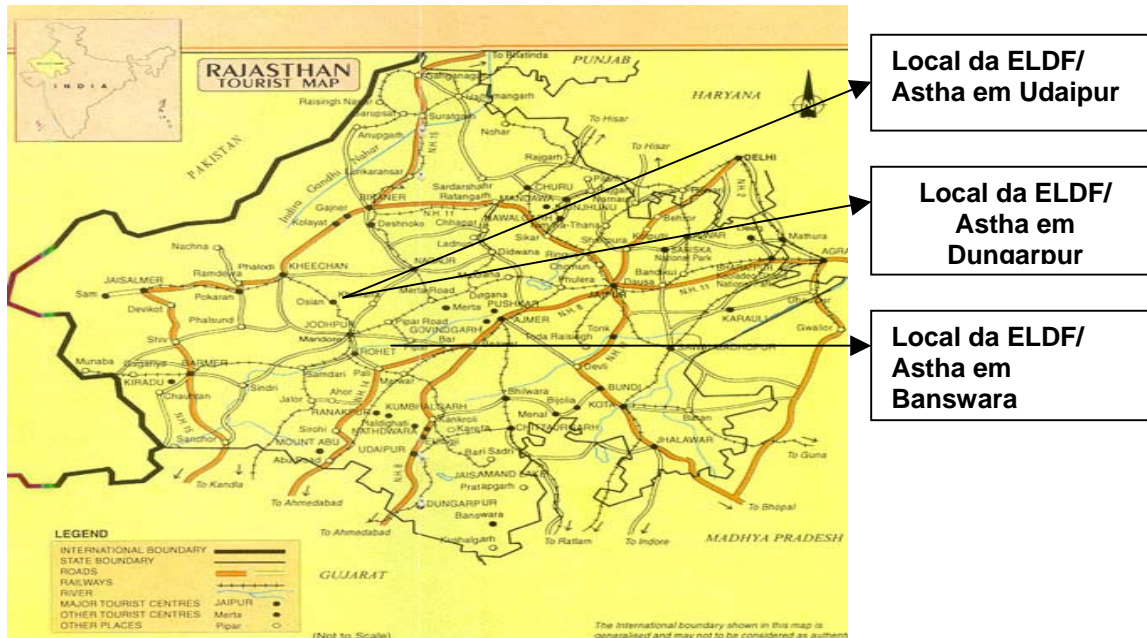
Desde 2002 a *Enviro Legal Defence Firm* – ELDF (Escritório de Advocacia Enviro), junto com uma ONG como parceiro local, a *Astha*, têm utilizado os *Panchayat Shivirs* (Acampamentos Interativos de Alfabetização sobre Legislação) para avaliar e aumentar a eficácia da lei no que diz respeito à auto-administração tribal nos distritos tribais de Dungarpur, Udaipur e Banswara no sul de Rajasthan, Índia (ver a Figura 1).

¹Instituições de governo autônomo local.

²*Shivir* significa Acampamento

³Na Índia, por exemplo, existem áreas especiais de administração onde residem, predominantemente, povos indígenas e o Presidente da Índia declara tais áreas como “áreas categorizadas”, de acordo com a Constituição.

Figura 1: Mapa do Distrito de Rajasthan, Índia



O instrutor deve seguir alguns passos fundamentais ao ministrar os Acampamentos Interativos de Alfabetização sobre Legislação. Esses passos estão descritos, abaixo, em três partes relacionadas.

A **Parte A** descreve a fase preparatória durante a qual é importante prestar atenção a certas condições. Quando devem ser utilizados Acampamentos Interativos de Alfabetização sobre Legislação? Como são utilizados? Quais são os conceitos básicos? Quando é necessário ter uma estratégia? A Parte A descreve algumas regras básicas que devem ser seguidas ao ministrar um Acampamento de Alfabetização sobre Legislação, bem como algumas dicas úteis adicionais que ajudam garantir a eficácia dos acampamentos.

A **Parte B** descreve pequenos exemplos da ferramenta em ação em contextos reais. O objetivo disso é ajudar as pessoas que não receberam instrução prévia sobre direito a entender a lei. Como podem os conceitos legais complexos ser explicados em linguagem de fácil compreensão? A Parte B também explica como dirigir certos exercícios nos Acampamentos Interativos de Alfabetização sobre Legislação, especialmente sobre a lei de auto-administração tribal ou legislação similar. Esta seção também fornece um guia para a formulação de métodos para lidar com conflitos legais na vida cotidiana.

A **Parte C** analisa os pontos fortes e as fraquezas do uso de Acampamentos Interativos de Alfabetização sobre Legislação, inclusive a adaptabilidade desta ferramenta a outros contextos.

Parte A: A Fase Preparatória

Pré-requisitos para a utilização de um Acampamento Interativo de Alfabetização sobre Legislação

- ▶ Identificar e colaborar com um parceiro local idôneo. Isso proporcionará maior legitimidade ao processo, facilitará a familiaridade com a região e a logística e, de maior importância, oferecerá ao instrutor uma melhor compreensão das situações locais. Além disso, este proceder oferece incentivos ao parceiro local para aumentar sua própria capacidade de aprender sobre a lei e os conceitos legais através dos instrutores profissionais.

- ▶ **Conhecer a lei e sua aplicação no campo.** O instrutor deve ter conhecimento cabal da legislação e como ela se aplica ao nível de campo. Muitas vezes, a falta de conhecimento sobre os conceitos legais e da capacidade de relacioná-los a situações reais no campo atrapalha a comunicação sobre os conceitos legais.
- ▶ **Avaliar o grupo-alvo.** É necessário avaliar seu progresso e quem está compreendendo. Reúna informações sobre o número de participantes, o grau de seu envolvimento, suas origens e suas despesas de viagem para assistir ao curso. Isso ajudará na priorização das necessidades e servirá para identificar a ênfase que deve ser dada em diferentes grupos-alvo.

Passos fundamentais para ministrar um Acampamento Interativo de Alfabetização sobre Legislação

- ▶ **Começar com o conhecimento atual que as pessoas têm dos conceitos legais.** Estimular o interesse em palavras geralmente usadas na legislação. De modo comum, os significados de palavras tais como julgamento, intimação, regras, regulamentos, leis, política, petição, processo judicial e decreto representam um bom ponto de partida.

Caixa 1: Exemplo de resposta dada para uma pergunta feita a uma assistência: Qual é o primeiro pensamento que vem a sua mente quando você ouve a palavra “lei”?

Senso comum, o que se faz e o que não, Lei, Regra, Julgamento, contexto, comunidade, Ordem, forma escrita, disciplina, quadro normativo, protetor (*Rakh wale*), difícil de obedecer, série de imposições/ instruções para limitar a liberdade, instrumentos de que detém o poder, dominar/ governar, mecanismo de controle, princípios de governança, condições, conhecimento especializado, justificativas, complicação, litígio, princípios da justiça social, infelicidade, casamento da disciplina com a administração, intermediário, sistema para controle, preto e branco, interesse político, solução de problemas, anarquia, dominante, racionalização, princípios que governam um sistema, justiça, tribunal, injustiça, *kachahari* (tribunal local), juiz, magistrado, advogados, mentirosos.....

- ▶ **Chamar a atenção do grupo-alvo às palavras-chave** em que toda a sessão de treinamento se baseará. Desta forma, incentiva-se o instrutor a usar palavras tais como *Panchayat* ou instituição de auto-administração local, áreas categorizadas, e outros conceitos básicos de direito, inclusive a terminologia comum, numa sessão sobre a lei de auto-administração tribal. Este e outros procedimentos ajudam o instrutor a avaliar o nível de compreensão dos participantes.
- ▶ **Aproveitar e desenvolver o conhecimento atual.** Mostrar a relação entre a lei e as situações do dia-a-dia de uma aldeia. Escolher um conflito legal existente, sintetizando-o em seções – o que, quando, como e o contexto atual do conflito.

Caixa 2: Relação da lei de auto-administração à realidade da aldeia

Tomar, por exemplo, a lei de auto-administração⁴ tribal da Índia. Esta é uma legislação central superior, e exige-se de cada estado que a adapte ao seu contexto estadual de acordo com os princípios básicos estabelecidos na legislação central. Esta legislação pode ser dividida em três partes diferentes e cada parte exigirá uma estratégia diferente:

- A primeira parte pode ser as disposições que estão claras, são exequíveis e sem ambigüidade. Num caso deste tipo, no qual as disposições são absolutamente claras, incentivar a comunidade a reivindicar os seus direitos.
- O segundo elenco de disposições pode incluir as disposições sobre as quais a lei não é tão clara. É possível que a lei possua elementos que não estão definidos ou que sejam dúbios⁵. Em tal caso, seguir em frente e ser proativo, reivindicando seus direitos e, se cometer um erro, que isso seja no lado correto.
- Além disso, poderá haver disposições que estão diretamente em conflito com os princípios básicos da formulação de legislação ou que não refletem o espírito ou intento da legislação matriz. Isso poderá exigir processo de recurso jurídico. Recorrer a um tribunal de justiça poderá ser sua única opção.

- ▶ **Criar um ambiente em que ocorra um fluxo livre de informações.** Ser adaptável e responder às reações, especialmente durante os intervalos. De fato, os intervalos representam uma parte essencial do uso da ferramenta. Muitas vezes, é útil iniciar o Acampamento e reiniciar depois de intervalos com uma sessão de música.
- ▶ **Distinguir os assuntos legais dos assuntos de outra natureza.** Os instrutores normalmente recebem informações sobre conflitos legais em forma anedótica e, freqüentemente, com um preconceito político e social. A fim de ser objetivo – que é o fundamento de uma estratégia legal efetiva – o instrutor deve distinguir as questões legais dos preconceitos sociais, políticos e morais.

Como se explica a legislação?

- ▶ A definição é o primeiro componente de um plano de qualquer legislação. Explicar e verificar que todas as pessoas compreendam as definições. Explicar a estrutura básica da Lei, fazendo isso somente depois das definições estarem bem esclarecidas.
- ▶ Explicar quais autoridades são responsáveis pela execução, as funções descritas na legislação e a consequência do não cumprimento da legislação. Estes elementos constituem a base de quase toda legislação.
- ▶ Existem características singulares em qualquer legislação que poderiam ser específicas de acordo com o recurso, o local ou a pessoa. Procurar entender e explicar a singularidade da legislação.
- ▶ Usar a linguagem e expressões simples para os conceitos jurídicos. Simplificar o plano complexo da legislação dividindo-o em seus componentes simples. Não ler para os ouvintes seções de lei ou sub-cláusulas ou os vários detalhes a ela associados.

⁴ A legislação é chamada Lei de *Panchayats* (Extensão para Áreas Categorizadas) de 1996 (PESA). Os detalhes da legislação estão apresentados na Parte B – A Ferramenta em Ação

⁵ Esta é uma metodologia legal típica quando os Estados desejam manter o poder e formular legislação para usar a seu próprio favor de acordo com a situação e a conveniência.

- ▶ Explicar o principal objetivo da legislação, os fundamentos dela e, depois disso, explique a legislação (se necessário).
- ▶ Encorajar os outros a falar, repetir uma idéia, explicar a seus vizinhos, e explicar outros exemplos similares. Isso esclarece as coisas tanto para o instrutor como para os treinados.

Pontos para se lembrar durante o acampamento

- ▶ Utilizar exemplos da vida real, de preferência um exemplo recente ou conhecido pela assistência, ou que foi experimentado pelo(a) próprio(a) instrutor(a) durante suas visitas de campo respectivas.
- ▶ Usar um exemplo comum e não necessariamente um exemplo complexo. Isso ajudará as pessoas a entender como a legislação funciona na realidade. De modo comum, os eventos que ocorrem em comunidades, os eventos comentados na imprensa ou na mídia eletrônica e aqueles que têm impacto nos meios de subsistência das pessoas constituem a melhor base para relacionar os conceitos e a lei à realidade.
- ▶ Procurar incentivar a máxima participação por parte da assistência. Incentivar a participação igual entre as mulheres e os homens. Isso realmente quebra o gelo e facilita a livre troca de idéias e sugestões entre ambos os sexos.
- ▶ Utilizar métodos inovadores para obter respostas da assistência. Começar sempre dando à assistência a opção de se oferecer. Dar seguimento fazendo perguntas dirigidas especialmente às pessoas do grupo que se expressam menos. Uma vez que as pessoas menos expressivas do grupo comecem a abrir-se, será criado um ambiente habilitador para o resto das pessoas.
- ▶ Para um instrutor novo, talvez seja difícil fazer com que o grupo inteiro responda numa sessão de alfabetização. Em tais casos, estabelecer sub-grupos temáticos para discussões mais intensivas sobre políticas e assuntos legais.
- ▶ Dar orientações aos sub-grupos antes da discussão. Pode-se nomear ou eleger os líderes de equipe ou de sub-grupo. Orienta-los visando à participação máxima pelo sub-grupo.
- ▶ Incentivar o líder do sub-grupo, ou qualquer pessoa nomeada, a fazer uma apresentação da discussão do sub-grupo, a qual ajudará a esclarecer as idéias.
- ▶ Ensinar é aprender duas vezes. O instrutor deve compreender esta regra simples que é fundamental para a troca boa e ideal de conhecimentos. Ele deve estar disposto a aprender dos aprendizes.

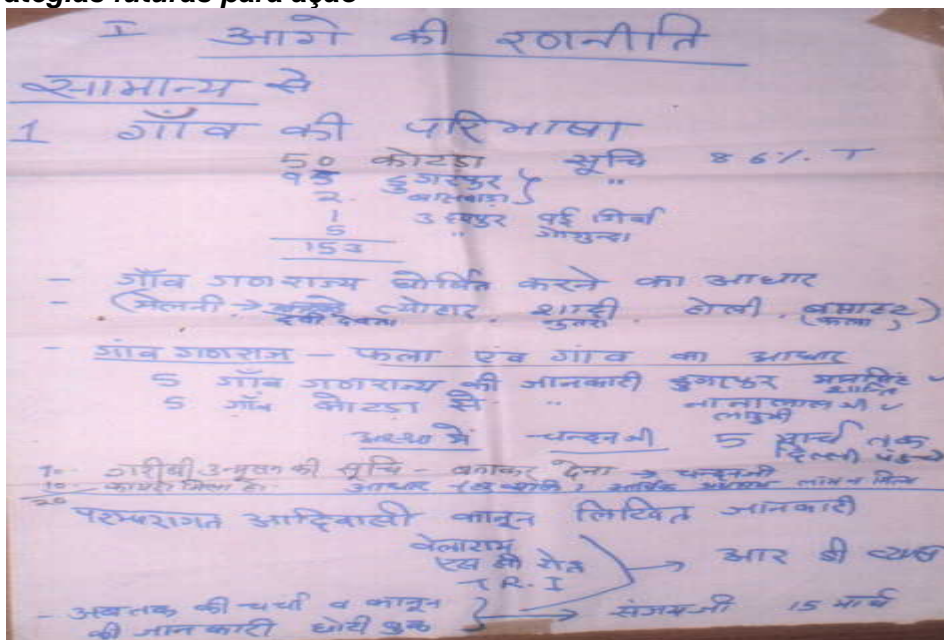
Passos para a próxima ação

- ▶ Sempre terminar com os *próximos passos* baseados em ação. Especificar as responsabilidades, prazos, e foros para esclarecimentos e intercâmbio adicionais.
- ▶ Administrar as sessões durante vários meses. Reforçar a aprendizagem, visto que a lei e os conceitos legais não são de fácil compreensão.

Idéias dos Acampamentos de Alfabetização: Exemplo dos passos para a próxima ação

Em um dos acampamentos de alfabetização, foi decidida uma estratégia futura para ação, em que foram atribuídas responsabilidades tanto ao instrutor como aos aprendizes. Eles foram incumbidos de alcançar objetivos específicos. Além disso, foram estabelecidos prazos para a execução de várias tarefas como, por exemplo, como uma comunidade definiria uma aldeia, em quantas aldeias seria efetuado o exercício, o foro para tirar dúvidas legais etc. Este exemplo está apresentado abaixo em Hindi (Figura 2).

Figura 2: Estratégias futuras para ação



Tradução informal da Figura 2.

I. Estratégias futuras

Disposições gerais

1. Definir uma aldeia de acordo com a percepção tradicional. Foi decidido efetuar o exercício em 152 aldeias selecionadas.
 - 50 Kotda,
 - 95 Dungepur
 - 02 Banswada
 - 01 Udaipur Pai Girva
 - 04 Udaipur Godunga
- Elaborar critérios para declarar as aldeias como repúblicas. (Por exemplo, os critérios relativos ao matrimônio, os festivais, o habitat e o Deus comum)
- Desenvolver critérios para uma aldeia e para habitações. Foi decidido efetuar esse exercício em 10 aldeias
 - 5 aldeias em Dungepur
 - 5 aldeias em Kotda
- Identificar critérios para determinar quem seriam beneficiários de programas de alívio de pobreza. (Critério para a identificação de beneficiários: Dependentes em sentido financeiro, não receberam tais benefícios antes.)
- 10-Listas de beneficiários de programas de alívio de pobreza;
- 10-Beneficiários que já receberam benefícios de um programa ou plano.
- 20
 - Coletar literatura sobre a lei tradicional e costumeira sobre a gestão de recursos naturais.
 - Elaboração de um manual sobre a legislação para auto-administração.

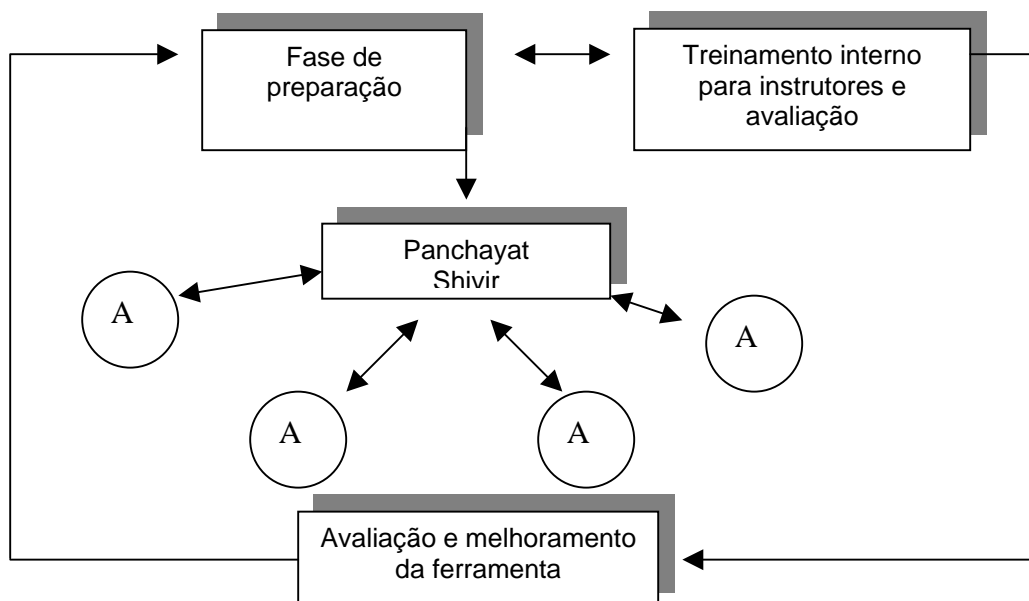
Dicas úteis

- ▶ Realizar acampamentos em nível de aldeia no ambiente local. Esta prática se mostrou bem mais efetiva porque os povos tribais (indígenas) se encontram em ambientes conhecidos e ficam mais dispostos a participar.
- ▶ Utilizar exemplos locais para ilustrar as situações jurídicas complexas.
- ▶ Utilizar o humor e a linguagem local para ajudar na explicação de aspectos complexos.
- ▶ Utilizar os objetos e as situações de identificação fácil para ajudar na criação de um ambiente melhor para o intercâmbio livre de conhecimentos.
- ▶ O instrutor deve se comportar como um estudante em vez de um mestre do assunto. Esta estratégia, em que as pessoas sentem menos pressão, encoraja a expressão aberta de idéias.
- ▶ A época do ano e a duração do acampamento são importantes. Evitar a época da colheita.
- ▶ O instrutor deve se esforçar para manter a atenção e interesse dos participantes.
- ▶ Incluir técnicas tais como encenações, debates de grupos de interesses específicos, representação de questões legais, incidentes triangulares com implicações legais e sessões informais.
- ▶ A escolha do objetivo é fundamental para o sucesso de um Acampamento Interativo de Alfabetização sobre Legislação. As estratégias, linguagem e conteúdo devem variar de acordo com o tipo de audiência. Assim, uma estratégia para Chefes Executivos de OMTs deve ser diferente daquela para os funcionários de nível médio ou pessoas da aldeia.

Em resumo

Figura 3: Representação diagramático da ferramenta Panchayat Shivar

A = Audiência-alvo



PARTE B: A Ferramenta em Ação

Acampamentos Interativos de Alfabetização sobre a Legislação para auto-administração tribal em ação – Um exemplo de Rajasthan Sul, Índia

A *Enviro Legal Defence Firm* – ELDF (Escritório de Advocacia Enviro) utiliza os Acampamentos Interativos de Alfabetização sobre Legislação para avaliar o impacto e implicações da lei sobre a auto-administração tribal. Essa legislação ímpar é designada, tecnicamente, como Lei de Disposições de *Panchayats* (Extensão para *Áreas Categorizadas*) de 1996, conhecida comumente como PESA. A lei PESA visa a conceder poder à unidade de governança do nível mais baixo, a *Gram Sabha* ou a Assembléia de Aldeia do sistema de auto-governança local⁶. A ELDF dirigiu três tipos de Acampamentos Interativos de Alfabetização sobre Legislação num período de um ano (2002 a 2003). Esses três acampamentos de alfabetização atenderam às necessidades de três grupos-alvo, a saber, os Chefes Executivos de Organizações de Massas Tribais (OMTs) em níveis estaduais e distritais, funcionários/ instrutores de segunda linha em nível distrital e de bloco, e a assembléia de aldeia ou a própria *Gram Sabha*.

O processo

- **Com líderes de OMT/CBO –**

- ▶ O primeiro tipo de Acampamento de Treinamento foi organizado com os Chefes Executivos de OMTs tais como *Astha*, *Adivasi Vikas Manch* e *Wagad Mazdoor Kisan Sangathan*.
- ▶ O objetivo foi o de convencer os líderes da necessidade e dos benefícios que tal treinamento ofereceria a fim de que esses líderes pudessem convencer seus próprios instrutores de nível de campo da utilidade de tais sessões interativas de alfabetização sobre legislação.

- **Com instrutores das OMTs**

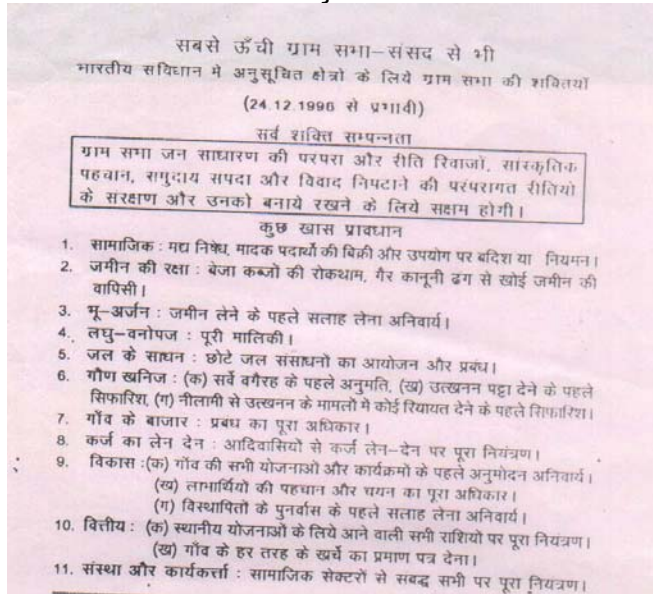
- ▶ Organizamos a segunda categoria de acampamento de treinamento com os instrutores que foram identificados pelos Chefes de OMT e que eram os membros mais lúcidos das organizações parceiras.
- ▶ Esses acampamentos utilizam linguagem mais simples e administramos o treinamento em Hindi, (o idioma nacional). Convém salientar que, na Índia, a maior parte da legislação é formulada em inglês e os argumentos em Tribunais são apresentados principalmente em inglês.

- **Com as Assembléias Gram Sabha de Aldeia**

- ▶ O terceiro tipo de treinamento foi com assembléias de aldeia que tinham sido identificadas previamente. Procuramos escolher as aldeias que passavam por conflitos, ou aldeias onde casos específicos ou métodos inovadores tinham sido utilizados pelos membros para dar efeito às disposições da lei PESA.
- ▶ Tais acampamentos serviram, de vários modos, como eventos reveladores. A maneira pela qual as pessoas tinham-se organizado, bem como as estratégias inovadoras que elas usaram para entender a lei foram notáveis. Um exemplo é a maneira pela qual os membros de aldeia utilizavam estruturas simbólicas tais como o *Shila Lekh* (édito de pedra [ver a Figura 4]) na qual as disposições da lei PESA foram gravadas e estabelecidas num lugar público para a conscientização sobre a lei de auto-administração tribal. O idioma usado nessas reuniões foi uma mistura de Hindi e o idioma local *Wagadi*.

⁶ A 73ª Emenda à Constituição da Índia introduziu o Sistema *Panchayati Raj* (ou governo autônomo local) em 1992.

Figura 4: Inscrição Shila Lekh (éditos em pedra) que declara repúblicas de aldeia de acordo com a lei de auto-administração tribal



Tradução informal da Figura 4

A assembléia da aldeia é superior ao Parlamento.

Poderes da assembléia de aldeia nas áreas categorizadas de acordo com a constituição da Índia

(Em vigor a partir de 24.12.1996)

A assembléia de aldeia possui competência para proteger e conservar sua tradição, identidade cultural, recursos comunitários e os modos tradicionais de resolução de conflitos.

Algumas disposições importantes

1. Social: Regular e proibir o consumo e venda de entorpecentes.
2. Proteção de terras: Prevenção da alienação ilegal de terras e a restauração de terras ilegalmente alienadas.
3. Aquisição de terra: Consulta antes da aquisição de terra.
4. Produtos florestais secundários: Posse total.
5. Recursos hídricos: Controle e gestão de corpos menores de água.
6. Minerais secundários: (a) emissão de autorização prévia para pesquisas (b) recomendação antes da emissão de licença para exploração em busca de minérios, ou do arrendamento para minerais (c) recomendação antes de emitir concessão para a exploração de minerais secundários por meio de leilão.
7. Feira de aldeia: Poderes completos para a administração destas.
8. Empréstimo de dinheiro: Controle completo do empréstimo de dinheiro às tribos categorizadas.
9. Desenvolvimento: (a) A aprovação prévia de todos os planos e programas na aldeia é obrigatória. (b) Direito de identificar e escolher beneficiários. (c) Consulta antes da reabilitação de pessoas deslocadas.
10. Financeiro: (a) Controlar finanças alocadas para planos locais (b) Certificação da utilização de dinheiro da aldeia.
11. Setor social e seus funcionários: Controle de seu funcionamento.

► **Compreensão da lei de Auto-administração Tribal⁷.**

As sessões iniciais concentraram-se nos seguintes pontos, visando à compreensão clara da lei.

- Como foi ordenada a legislação superior da lei PESA ou de auto-administração tribal? Como o Estado de Rajasthan reagiu? Como os poderes foram conferidos nos diversos níveis do governo autônomo local?
- De que se tratam as áreas categorizadas, o significado histórico das áreas categorizadas, o papel do Governador, o mandato do Tribes Advisory Council-TAC (Conselho Assessorial Tribal)?
- A compreensão comparativa da lei Central de auto-administração tribal contra a resposta do Estado.
- As ordens governamentais que foram emitidas e sua retidão, e as outras leis locais que dizem respeito aos mesmos assuntos.

► **Exercícios práticos de *Panchayat Shivirs***

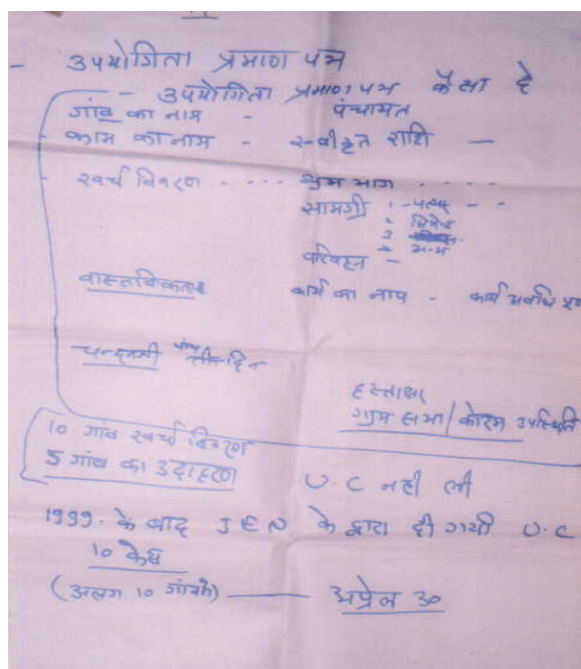
- Além do acima mencionado, houve algumas atividades e exercícios reais que foram efetuados durante o *Panchayat Shivirs*. Examinemos se esses exercícios foram de caráter comparativo. Apresentam-se abaixo algumas ilustrações de exercícios que foram dirigidos durante os *Panchayat Shivirs* e que foram usados como meios para facilitar o diálogo, especialmente sobre assuntos que não ficaram claros na lei.

► **Formulação de Certificado de Utilização**

- Uma das disposições da lei PESA proporciona à Assembléia de Aldeia, ou à *Gram Sabha*, o poder para emitir um certificado de utilização de recursos financeiros para as obras implementadas em nível de Panchayat, isto é, em nível do conselho eleito de aldeia. A lei PESA não prescreve nenhum formato ou procedimento. Portanto, o *Gram Sabha*, depois de fazer consultas, decidiu confeccionar seu próprio formato para esse certificado. Esse formato está sendo usado atualmente para os processos de certificação. Isso é um dos resultados dos Acampamentos de Alfabetização onde alguns princípios básicos foram aplicados em áreas onde havia um mandato claro, mas faltavam detalhes. Trata-se de um caso em que o povo de aldeia deve utilizar a lei de modo proativo para seu benefício (ver Figuras 5 e 6).

⁷ A ELDF publicou também um Manual para Auto-administração Tribal em Rajasthan, Índia. Para obter um exemplar, favor entrar em contato através de eldf@vsnl.net; admin@eldfindia.com

Figura 5: Certificado de Utilização (CU): Um modelo desenvolvido por pessoas de aldeia



Tradução do modelo de CU

Certificado de Utilização
Modelo de formato do Certificado de Utilização

Nome da aldeia e do Conselho de Aldeia -
 Nome das Obras-- Verba aprovada
 Descrição de Despesas

- Custo de mão-de-obra
- Materiais Usados
 - o Pedras
 - o Cimento
 - o Outros
- Transporte
- Situação real da obra
 - o Nome da Obra
 - o Data de Conclusão

Assinatura da Assembléia de Aldeia
 Quórum presente

Nota: Estipulou-se um prazo para a obtenção de informações de 10 aldeias sobre os vários tipos de obras e, baseado nestas, desenvolveu-se um formato (Ver a Figura 6).

Figura 6: Um Modelo do Certificado de Utilização (Versão Revisada)

Diretor do Projeto
Departamento Distrital de Desenvolvimento Rural
Udaipur, Rajasthan

Assunto: Certificação da utilização de dinheiro sancionada na primeira e segunda prestações pelo Desenvolvimento Rural por X, *Gram Panchayat* (conselho de aldeia) para consertar um poço público na aldeia Y

Prezado Senhor,

Detalhes da obra

1. Nome da obra: Poço público em Y
2. Aldeia: Y, *Gram Panchayat*: X
3. Quantia sancionada: Z

Primeira Prestação	Quantia	Data
Segunda Prestação		
Total		

4. Profundidade do poço:
Antes da referida obra – A Metros,
Depois – B Metros
5. Comprimento e largura do poço - C Metros
6. Situação atual da obra - Incompleta/ Completa
7. Água disponibilizada depois da conclusão da obra – D metros
8. N^o. de beneficiários - E

Detalhes da despesa:

Da verba total alocada na primeira e segunda prestação, as quantias citadas abaixo foram gastas nas respectivas categorias:

Item	Quantia
Mão-de-obra:	(a)
Materiais:	(b)
Total (a)+(b)	

Nós, os membros da Assembléia de Aldeia, certificamos, por meio do presente documento, que a obra acima citada foi completada de modo satisfatório. Encontra-se anexo o Certificado de Utilização.

Certificado de Utilização

Nº de Série de Carta -----

Certificado que de um total de Rs. -----

1. Nº quantia e data ----- de subvenção sancionada durante o ano----- a favor de----- conforme a carta, de número citado na margem, do Departamento de Desenvolvimento e Rs. ----- por causa de----- do saldo não gasto do total de Rs----- do montante do(s) ano(s) anterior(es) foi utilizado com a finalidade de----- para o qual ele foi sancionado e que o saldo de Rs. ----- permanecendo não utilizado no----- fim do ano será utilizado durante o próximo ano fiscal com a autorização da Assembléia de Aldeia do governo autônomo local.

2. Nós, os membros da Assembléia de Aldeia, certificamos que estamos satisfeitos por terem sido cumpridas/ estarem sendo cumpridas as condições sob as quais a subvenção foi devidamente sancionada e que efetuamos as seguintes verificações para comprovar que o dinheiro foi realmente utilizado para o propósito pelo qual foi sancionado.

Tipos de verificações efetuadas⁸:

1. -----
2. -----
3. -----
4. -----
5. -----

Assinatura do representante da Assembléia de Aldeia

Membros da Assembléia de Aldeia-----

1.

2.

.....

Datado em -----

► Definição de Produtos Florestais Secundários (PFS)

Nem a lei de PESA Central nem a da Rajasthan define o Produto Florestal Secundário. O Governo Estadual apenas classifica certos produtos florestais como 'secundário' através de um ato do Poder Executivo. Visto que o direito de propriedade dos PFS foi transferido para a Assembléia de Aldeia, esta decidiu que o Produto Florestal Secundário seria definido conforme a percepção comum de PFS. Tomou-se uma amostra de dez aldeias e elaborou-se uma lista de Produtos Florestais Secundários. Algumas das aldeias atualmente comercializam certos Produtos Florestais Secundários que conformam a sua definição (ver a Figura 7).

Figura 7: Exemplos de produtos florestais secundários, conforme declarados pela Assembléia de Aldeia

⁸ Por exemplo, no caso do dinheiro ter sido sancionado para a construção de uma estrada, as verificações seriam para conferir se quantidades e qualidades adequadas de materiais foram utilizadas, se os trabalhadores receberam salários diários adequados, se a obra foi completada dentro do prazo e se o produto final é utilizável.

Aldeia: Ghodamari

वन उपज
 1. शीत 2. कलाजी 3. काठला 4. सिलेड फलिया
 5. शीत 6. खेडा 7. जायफल 8. किला 9. कांठ
 10. तेंदु पत्ता 11. मुहुका, शीतला 12. रतनलाद

Aldeia: Kaucha

वन उपज
 1. शीत 2. कलाजी 3. रतनलाद 4. महुका, शीतला, 5. रतनलाद
 6. जायफल 7. तेंदु पत्ता 8. कांठ 9. खेडा 10. सिलेड फलिया
 11. शीत 12. किला 13.

Aldeia: Ghodamari

Aldeia: Kaucha

Item	Item
Gondh (Goma)	Gondh (Goma)
Karanji	Karanji
Amla	Ratanjot
Safed Musli	Mahua, Dolma
Shahad (Mel)	Amla
Behra	Jamun
Jamun	Tendu Patta (Folhas Tendu)
Bila	Bans (Bambu)
Bans (Bambu)	Behra
Tendu Patta (Folhas Tendu)	Safed Musli
Mahua, Dolma	Shahad (Mel)
Ratanjot	Bila

Nota: As listas acima não são exaustivas. Além dos PFSs acima relacionados, existem vários outros itens que são considerados pelos aldeões como PFSs, tais como *Imli* (Tamarindo), *Seetafal* (fruta-de-condessa), *Lanwara* e *Aritta*.

O princípio de base dessa estratégia foi o de usar a ausência de uma definição de PFS para o benefício do povo para que pudesse cuidar de suas necessidades de sustento.

► Identificação de beneficiários para programas de alívio de pobreza

Existe ambigüidade parecida na identificação de beneficiários para programas de alívio de pobreza. Por isso, decidiu-se que a Assembléia de Aldeia usaria o poder a ela atribuído para definir e identificar os beneficiários. Ela elaboraria suas próprias listas e ordenar a entrega de subsídios a tais pessoas em vez de aderir a uma lista de beneficiários preparada a critério do Estado, o que tem sido a prática até agora. Desta maneira, poderia ser efetuado um procedimento prático que garantiria a entrega de subsídios às pessoas mais afetadas pela marginalização. (ver a Figura 8).

Figura 8: Fatores a serem considerados na escolha de beneficiários num plano ou programa de desenvolvimento

Aldeia: Kaucha (120 famílias)

Fatores considerados: Há dois critérios principais: status social e status econômico.

Tradução

4. काचा - परिवार - 120			
1. पैमली / भेरा	गरासिया	विधवा	
2. शंभु कुमारी / भाग	गरासिया	विधवा	
3. लाला / जेता	गरासिया	- भ्रमहास	
4. चम्पा / बुना	गरासिया	भ्रमहास	
5. अम्बा / भनूला	गरासिया	- जमीन नहीं है	
6. वागल / काल	गरासिया	2 बीघा भूखंड नहीं है	
7. फीका / श्राका	गरासिया	जमीन नहीं है	
8. कैला / नाछा	गरासिया	2 बीघा भूखंड नहीं है	
9. मीती / नाछा	गरासिया	2 बीघा भूखंड नहीं है	
10. सतरा / द/का	गरासिया	जमीन नहीं है	

4. <u>Kaucha- famílias 120</u>		
1. Pameli /Bhera	Garasiya	Viúva
2. Hunkali/Mana	Garasiya	Viúva
3. Lala/ Jeta	Garasiya	Sem ajuda
4. Champa/ Buna	Garasiya	Sem ajuda
5. Amba Nala	Garasiya	Sem terra
6. Bagala/Kala	Garasiya	Sem terra
7. Pheesa/Bhanwara	Garasiya	Sem terra
8. Vela/Natha	Garasiya	Terra menor de 2 hectares
9. Moti/ Natha	Garasiya	Terra menor de 2 hectares/ Sem teto
10. Satara/ Ghana	Garasiya	Sem terra

Caixa 3: Critérios para identificar beneficiários (tirados da transparência acima)

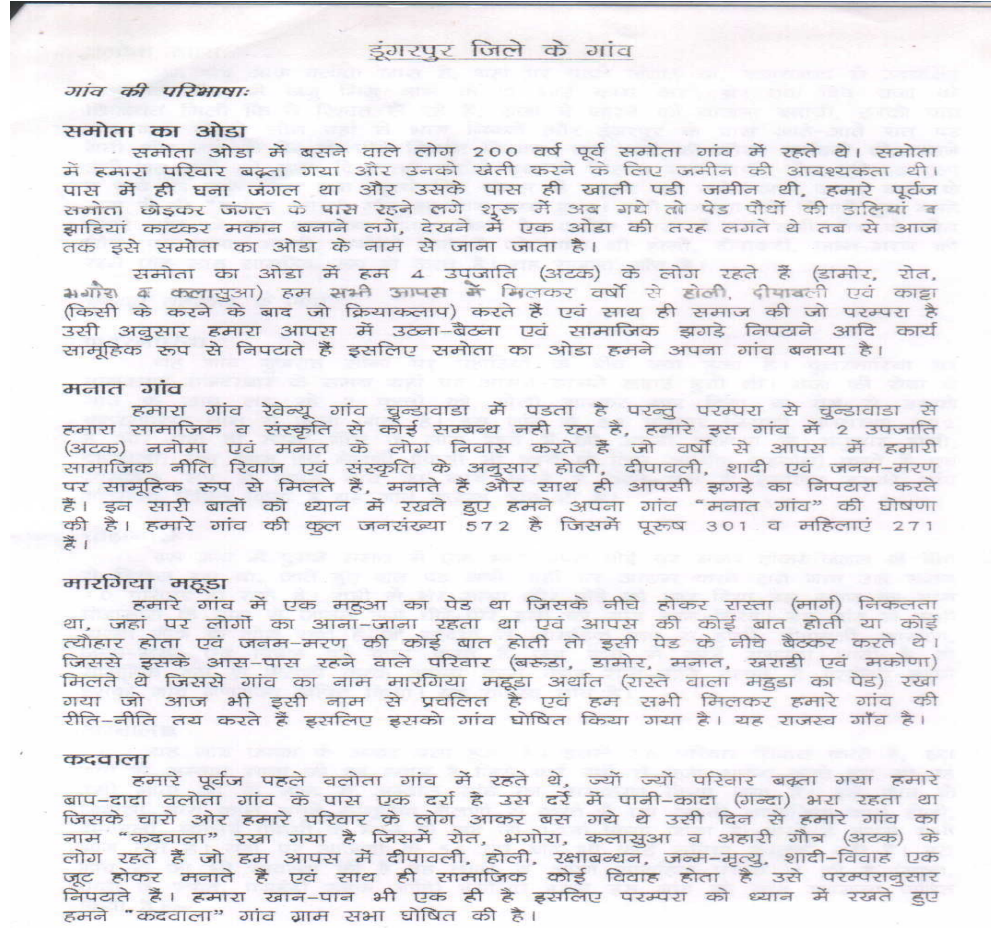
- Critérios para identificar beneficiários
- status social (viúva)
 - sem ajuda e sem casa
 - fatores econômicos (condição de sem terra)
 - menos de 2 hectares de terra

Depois de vários exercícios desse gênero, os seguintes critérios foram desenvolvidos para a identificação dos beneficiários de programas de desenvolvimento e para pessoas abaixo do limite de pobreza: status social (viúva, dependente), status econômico (sem-terra, terra menor de dois hectares, desabrigado, trabalho manual como a única fonte de renda), outros (fisicamente deficiente), sem casa etc.

► **Formulação de critérios para definir a aldeia**

A definição da própria aldeia é crucial para estabelecer a competência da Assembléia de Aldeia. A definição padrão utilizada baseia-se nos limites de renda que são comunicados pelo Governador do Estado. Procura-se mudar o procedimento para se definir uma aldeia, recorrendo-se aos limites tradicionais da aldeia que se baseiam em costumes, festivais, associações de matrimônio etc., nas sociedades tribais. A ELDF dirigiu um exercício em dez aldeias para estabelecer os critérios usados para definir uma aldeia. Isso servirá de ajuda para o procedimento formal do tribunal, no qual os poderes atribuídos à assembléia de aldeia, especialmente referentes aos recursos naturais, serão concedidos com base na sua jurisdição (ver Figuras 9 e 10, e Caixa 4).

Figura 9: Aldeias no Distrito de Dungarpur, Rajasthan



Tradução da Figura 9

Samota Ka Odha: Na aldeia *Samota ka odha*, existem quatro sub-castas principais, a saber, *damor*, *rot*, *bhagora* e *kalasua*. Todos os aldeões celebram juntos festivais tais como *holi* e *dipawali*. As disputas sociais na aldeia são resolvidas coletivamente por todos nós, seguindo nossas práticas e costumes tradicionais. Portanto, declaramos *Samota ka odha* como nossa aldeia.

Aldeia de Manat: Nossa aldeia encontra-se dentro dos limites da aldeia de renda *Chundawala*, mas nossas tradições e cultura não são similares às da aldeia *Chundawala*. Em nossa aldeia há pessoas que pertencem principalmente a duas sub-castas, a saber, *Nanoma* e *Manat*, e por muitos anos temos celebrado juntos festivais tais como *holi* e *dipawali*, e comemorações sociais para nascimentos e mortes. Resolvemos as disputas seguindo nossas práticas e lei tradicionais. Considerados estes fatores, declaramos a aldeia de Manat como nossa aldeia. A população total de nossa aldeia é de 572 pessoas e é composta de 301 pessoas do sexo masculino e 271 do sexo feminino.

Margiya Mahua. Havia uma árvore de *Mahua* em nossa aldeia e o caminho (*marg*) até a aldeia passava pela árvore de Mahua. Em todas as ocasiões – festivais ou festas – as famílias que residiam por perto (*Barua*, *Damor*, *Manat*, *Kharadi* e *Makoda*) se reuniam debaixo daquela árvore. Por isso, a aldeia veio ser conhecida como *Margiya Mahua* (a árvore de Mahua no caminho). Em nossa aldeia, tomamos todas as decisões de modo coletivo e, portanto, a declaramos como nossa aldeia. Esta é uma aldeia de renda.

Kadawala: Nossos antepassados residiam na aldeia de Valota. Havia um canal (conhecido como *Cad* no idioma local) perto da aldeia de Valota. Com o crescimento das famílias, nossos antepassados começaram residir perto desse canal e, desde aquela época nossa aldeia é conhecida como Kadwala, na qual residem as pessoas das castas de *Rot*, *Bhagora*, *Kalasua* e *Ahari*. Todos os aldeões comemoram juntos festivais e festas sociais de nascimento, mortes e matrimônios, seguindo nossa tradição e cultura. Nossos hábitos de alimentação também são parecidos. Tendo em vista esses fatores, estabelecemos a assembléia da aldeia de Kadwala.

Caixa 4: Os critérios para definir uma aldeia, conforme reunidos das quatro aldeias acima

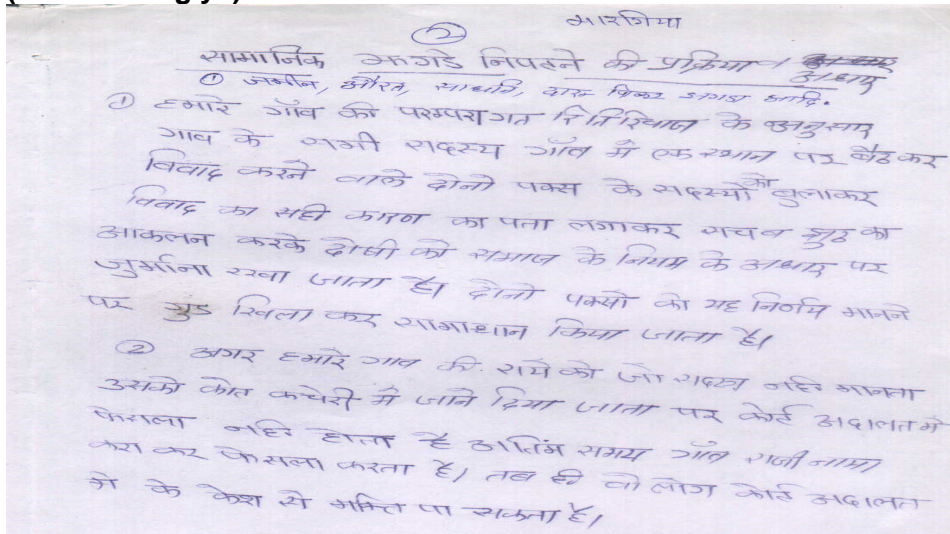
Singularidade da tribo; festivais comuns, tais como Holi e Diwali, cerimônias comuns de nascimentos e morte, cerimônias de matrimônio, tipo de comida, festas sociais tradicionais, modos tradicionais de resolução de disputas, tradições culturais similares, sub-castas semelhante, apoio econômico mútuo em épocas de dificuldade, marcos tradicionais, tais como caminhos, áreas físicas e naturais importantes, tais como árvores, canais, veredas tradicionais.

► Combinação do sistema tradicional de justiça com a jurisprudência moderna

- **O uso de Nyaya Samitis ou Comitês de Justiça.** No passado os chefes de clãs e líderes religiosos desempenhavam um papel importante no sistema de justiça nas sociedades tribais. Porém, algumas partes das sociedades tribais pensam que na era moderna, a fé cega em indivíduos talvez não seja prudente e, portanto, certas aldeias estabeleceram Comitês de Justiça para resolver conflitos com base na sabedoria local, em nível local, a fim de evitar o processo legal formal. O Comitê de Justiça compreende os anciões de aldeia e líderes tradicionais, bem como jovens instruídos (ver a Figura 10).

Figura 10: Mapeamentos dos modos tradicionais de resolução de disputas

(Aldeia: Margiya)



Tradução do processo de Resolução de Disputas

(2) Margiya

Procedimento a ser seguido ao resolver disputas sociais

(1) Disputas relativas a mulheres, a terra e a propriedade.

1. Seguindo-se nosso processo tradicional de resolução de disputas, todos os aldeões se reúnem em um lugar comum na aldeia e convidam as partes envolvidas na disputa a apresentar seu caso. Em primeiro lugar, procuramos nos informar sobre as causas da disputa e, de acordo com as informações recebidas, estipulamos a quantia da multa ser cobrada da parte delinqüente. No final do processo, ambas as partes mostram sua concordância com a solução comendo um doce.

2. Se alguém preferir recorrer ao processo judicial formal, ele poderá procurar os tribunais formais, mas é a assembléia da aldeia que finalmente decide se a parte pode recorrer ou não ao tribunal.

PARTE C: Quais são os pontos fortes e as fraquezas de Panchayat Shivirs, e com que facilidade pode esta ferramenta ser transferida para outros contextos?

Pontos fortes

- ▶ *Panchayat Shivirs – Acampamentos Interativos de Alfabetização sobre Legislação lidam com situações reais de conflito, colocando-as no mapa de políticas de modo que podem ser desenvolvidas estratégias eficazes a partir delas.*
- ▶ *Panchayat Shivirs ajudam as pessoas a coletar idéias sobre assuntos legais complexos num contexto local onde o ambiente intimidador do processo formal de políticas está ausente.*
- ▶ *O sistema de tribunal como também o sistema administrativo são construídos com base em numerosos aspectos processuais, especialmente no contexto do sistema de execução de justiça. Panchayat Shivirs ajudam a esclarecer as exigências processuais desnecessárias; isso é aprendido tanto dos instrutores como da troca de experiência.*
- ▶ *É, também, uma ferramenta que simplifica a linguagem da lei, que freqüentemente é complicada e baseada em conceitos jurídicos.*
- ▶ *Tratar de situações vinculadas às complexidades jurídicas e discutir estratégias legais com profissionais competentes do Direito em contextos rurais freqüentemente resultam na compreensão profunda dos limites e das oportunidades que advêm do uso de estratégias legais para resolver conflitos.*

Pontos fracos

- ▶ *Toda ferramenta tem suas limitações. Na Índia, e talvez nos países em desenvolvimento, o desafio maior no uso desta ferramenta é a capacidade tanto dos indivíduos ou organizações de destino como também do instrutor de entender esta ferramenta legal.*
- ▶ *O uso de uma ferramenta deste tipo poderia ser impedido por fatores tais como o analfabetismo, o medo de usar estratégias legais devido ao ambiente de tribunal que freqüentemente é intimidador, as despesas e a falta de competência legal.*

Transmissibilidade

- ▶ *Panchayat Shivar, como uma ferramenta, é reproduzível com pequena adaptação, de acordo com os contextos locais.*
- ▶ *Um bom conhecimento das leis e dos contextos locais é o requisito preliminar para se experimentar esta ferramenta e avaliar sua eficácia.*
- ▶ *O ponto mais forte desta ferramenta é que os formatos usados em termos de cronograma e teor podem ser melhorados repetidamente, de acordo com o modo e a ocasião do uso desta ferramenta.*

Informações adicionais

O *Hand Guide on Tribal Self Rule Law in India* (Manual de Legislação de Governo Autônomo Tribal na Índia), que é simples e útil, pode ser obtido de:

Enviro-Legal Defence Firm 278, Sector 15-A NOIDA-201301 Uttar Pradesh India	# 91-120-2517248 (O) # 91-120-2517469 (Tele-Fax) # 09810298530; 01133479609 (M) eldf@vsnl.net ; admin@eldfindia.com
--	--